



OFÍCIO Nº. 53 / 2023

Moreilândia, 24 de março de 2023.

Ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Exmo. Senhor Conselheiro Ranilson Brandão Ramos
Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco

Prestação de Contas Anual – Exercício 2022

Cumprindo o disposto na Lei Estadual nº. 12.600/2004 e na Resolução do Tribunal de Contas de Pernambuco de nº. 190/2022 de 14 de dezembro de 2022 envio a prestação de contas anual, exercício 2022, do Prefeito Municipal de Moreilândia ao Tribunal de Contas de Pernambuco.

A documentação em anexo segue rigorosamente as exigências do Tribunal de Contas de Pernambuco, acerca dos procedimentos e documentos necessários à prestação de contas anual de Prefeito Municipal.

Atenciosamente,

Vicente Teixeira Sampaio Neto
Prefeito

Rua José Miranda Soares, 901
Centro, Moreilândia – PE
Telefone: (87) 3891-1156
E-mail: municipiodemoreilandia@gmail.com
<https://www.moreilandia.pe.gov.br>



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, em atendimento ao item 02 do Anexo I da Resolução TCE/PE nº 190/2022 que durante o exercício de 2022 não houve mais de um ocupante do cargo de Prefeito Municipal.

Moreilândia, em 15 de março de 2023.

Atenciosamente.

Vicente Teixeira Sampaio Neto
Prefeito



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins em atendimento ao Item 03 do Anexo I da Resolução TC nº 190/2022 que as seguintes Unidades Orçamentárias foram consolidadas nos demonstrativos da Prestação de Contas do Prefeito Municipal:

- 1) PREFEITURA MUNICIPAL
- 2) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- 3) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 4) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 5) FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- 5) FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
- 6) CÂMARA MUNICIPAL
- 7) CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DO ARARIPE PERNAMBUCANO

Moreilândia, em 15 de março de 2023.

Atenciosamente.

Vicente Teixeira Sampaio Neto
Prefeito

Rua José Miranda Soares, 901
Centro, Moreilândia – PE
Telefone: (87) 3891-1156
E-mail: municipiodemoreilandia@gmail.com
<https://www.moreilandia.pe.gov.br>

**Município de
Moreilândia - PE**

**Balanço Orçamentário
da
Lei Nº 4.320/64
MCASP**





Documento Assinado Digitalmente por: VICENTE TEIXEIRA SAMPAIO NETO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 19bea52b-cf6d-413c-bb13-a1a9feacb723

Balanço Orçamentário

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP
MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2022**

Contadora **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8



APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com o Anexo 12 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2022, abrangem as informações do Município de Moreilândia. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Secretaria de Finanças, em conjunto com a assessoria da Contadora Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjuntiva STN/SOF/ME nº117, de 28 de outubro de 2021, Portaria interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº119, de 04 de Novembro de 2021 e Portaria STN nº1.131, de 04 de novembro de 2021. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Município de Moreilândia.

O Balanço Orçamentário é composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. Demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Na Execução de Restos a Pagar Não Processados deverão ser informados os restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e 31 de dezembro do exercício anterior e suas respectivas fases de execução (liquidados, pagos e cancelados). Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados. O ente deverá ao final do exercício transferir os saldos de restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados Na Execução de Restos a Pagar Processados, deverão ser informados os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores e 31 de dezembro do exercício anterior e suas respectivas fases de execução (pagos e cancelados). Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022, em conformidade com os anexos X e XI, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima.

Assim, após esta breve introdução, apresentamos a seguir a íntegra do Balanço Orçamentário do Município de Moreilândia com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2022.

Vicente Teixeira Sampaio Neto, Prefeito do Município de Moreilândia.
Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

EZIUDA MARIA DE SOUSA
Contadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILANDIA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2022)

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	43.157.520,68	53.293.317,97	51.897.661,20	-1.395.656,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	786.500,00	1.101.694,55	1.415.055,77	313.361,22
Impostos	686.500,00	1.001.694,55	1.373.613,13	371.913,88
Taxas	100.000,00	100.000,00	41.442,64	-58.557,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.160.000,00	9.160.000,00	8.902.404,66	-257.595,34
Contribuições Sociais	5.960.000,00	8.960.000,00	8.641.257,44	-318.742,56
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	200.000,00	200.000,00	261.147,22	61.147,22
RECEITA PATRIMONIAL	402.200,00	590.168,69	707.059,07	116.890,38
Valores Mobiliários	402.200,00	590.168,69	707.059,07	116.890,38
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	0,00	-40.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.356.820,68	41.989.454,73	40.833.813,83	-1.155.640,90
Transferências da União e de suas Entidades	21.895.820,68	27.497.493,73	26.536.217,61	-961.276,12
Transferências do Estado e de suas Entidades	5.246.000,00	5.678.465,80	5.665.037,22	-13.422,58
Transferências do Município e suas Entidades	110.000,00	110.000,00	0,00	-110.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.105.000,00	8.703.495,20	8.632.559,00	-70.936,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.000,00	412.000,00	39.327,87	-372.672,13
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	112.000,00	112.000,00	39.327,87	-72.672,13
Demais Receitas Correntes	300.000,00	300.000,00	0,00	-300.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.933.715,00	5.417.734,79	2.069.760,05	-3.347.974,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Operações de Crédito	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	318.400,00	268.400,00	-50.600,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	268.400,00	268.400,00	168.400,00
Alienação de Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.683.715,00	4.999.334,79	1.801.360,05	-3.197.974,74
Transferências da União e suas Entidades	2.533.715,00	3.753.221,04	1.519.506,04	-2.233.214,96
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.150.000,00	1.246.113,75	281.854,01	-964.145,94
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	47.091.235,68	58.711.052,76	53.967.421,25	-4.743.631,51
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	47.091.235,68	58.711.052,76	53.967.421,25	-4.743.631,51
DÉFICIT (VI)			702.004,67	702.004,67
TOTAL (VII) = (V+VI)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILANDIA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2022)

Exercício de 2022

Pa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g-h)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	41.957.295,31	56.758.078,27	53.219.086,40	53.219.086,40	50.944.845,99	3.538.991,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.813.535,00	34.875.820,98	33.065.044,42	33.065.044,42	32.380.514,13	1.810.776,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.601,08	42.601,08	13.005,27	13.005,27	13.005,27	29.595,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.093.159,23	21.839.656,21	20.141.036,71	20.141.036,71	18.551.326,59	1.698.190,50
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	4.448.489,00	1.732.974,49	1.450.339,52	1.450.339,52	1.116.073,52	282.333,97
INVESTIMENTOS	3.748.489,00	1.412.974,49	1.169.462,27	1.169.462,27	835.196,27	243.112,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	320.000,00	280.877,25	280.877,25	280.877,25	39.122,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	685.451,37	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.222,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.222,84
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.222,84
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	423.855,06	368.426,12	246.804,89	246.804,89	165.810,91	379.665,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310.096,33	55.150,80	0,00	0,00	10.620,00	354.626,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.758,73	313.275,32	246.804,89	246.804,89	155.190,91	259.635,55
DESPESAS DE CAPITAL	5.399.250,09	122.832,60	533.879,66	533.879,66	4.940.209,46	479.93,57
INVESTIMENTOS	5.399.250,09	122.832,60	533.879,66	533.879,66	4.940.209,46	479.93,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.823.105,15	491.258,72	780.684,55	780.684,55	5.106.020,37	427.658,95

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	3.629.127,40	848.371,85	1.330.060,09	513.837,49	2.633.601,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.192.454,54	335.067,86	813.372,22	429.972,84	2.284.177,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	436.672,86	513.303,99	516.687,87	83.864,65	349.424,33
DESPESAS DE CAPITAL	36.637,27	4.972,00	12.857,19	0,00	28.752,08
INVESTIMENTOS	36.637,27	4.972,00	12.857,19	0,00	28.752,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.665.764,67	853.343,85	1.342.917,28	513.837,49	2.662.353,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILANDIA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2022)

Exercicio de 2022



Página 1

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.726.000,00	5.726.000,00	7.012.378,88	1.286.378,88
Receita de Contribuições	2.726.000,00	5.726.000,00	7.012.378,88	1.286.378,88

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f)-(i)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.368.000,00	7.532.300,00	7.350.900,84	7.350.900,84	7.001.793,14	181.399,16
DESPESAS CORRENTES	4.368.000,00	7.532.300,00	7.350.900,84	7.350.900,84	7.001.793,14	181.399,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.368.000,00	7.532.300,00	7.350.900,84	7.350.900,84	7.001.793,14	181.399,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOÃO VICTOR DE SOUSA CAMPAIO NETO, EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: https://portaldocteam.com.br/validaDoc.seam?codigo_documento:19bea52b-cf6d-413c-bb13-a1a9feacb723



MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA
Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

- a) **Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação:**
Prefeitura Municipal de Moreilândia
- b) **Natureza jurídica da entidade:**
124-4 – Município
CNPJ: 11.361.227/0001-89
Principal atividade econômica da entidade: 84.11-6-00 – Administração pública em geral
- c) **Domicílio da entidade:**
Rua Sete de Setembro, nº 901 – Centro; CEP: 56.150-000; Moreilândia – PE.
- d) **Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:**
A Prefeitura Municipal de Moreilândia – PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código: 124-4 – Município, sendo sua atividade principal classificada como: 84.11-6-00 – Administração pública em geral. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura contam de secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta, sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 585, de 31, de dezembro, de 2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2022). Sua fonte financeira deriva das transferências do Município e arrecadação de repasses dos governos, estadual e federal através dos repasses de transferências voluntárias ou de convênios (receitas correntes e de capital) e demais receitas. A Câmara de Vereadores se mantém através de transferências financeiras feitas pelo município denominada: Duodécimo.
- e) **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**
A entidade pública do Poder Executivo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Prefeitura Municipal de Moreilândia, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2022, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis ao Setor Público – NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.
Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.



Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo *International Federation of Accountants* – IFAC através da *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 190/2022 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE:

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE - PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. AS despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo apresenta em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g) Consolidação das Demonstrações contábeis abrangendo:

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo do Município de Moreilândia, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos e autarquias, conforme relação seguinte:

- Câmara Municipal de Moreilândia;



- Prefeitura Municipal de Moreilândia;
- Fundo Municipal de Saúde de Moreilândia;
- Fundo Municipal de Assistência Social de Moreilândia;
- Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Moreilândia;
- Fundo de Previdência de Moreilândia.

h) Dados do Gestor:

Vicente Teixeira Sampaio Neto, Prefeito Municipal de Moreilândia – PE no período de 01/01/2021 a 31/12/2024.

i) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive as notas explicativas:

Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com

j) Nome do software da contabilidade:

Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software

RESUMO DA POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

As Demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A representação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo como estabelecidos no Manual MCASP 9ª Edição, nesse contexto segue os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito municipal, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público. A elaboração do balanço orçamentário é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, para o levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa, e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa). Sendo aplicado o regime misto nas operações orçamentárias. O balanço orçamentário utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional adotada pelo município o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagas Não Processados; e
- c) Quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados.

Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:



Mensurar infringe dizer que é o ato de selecionar bases adequadas que representem o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira de uma entidade atendendo as necessidades da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a tomada de decisão.

Contudo vale ressaltar que não existe uma única maneira de ou uma base norteadora aplicados aos procedimentos contábeis, a escolha de qual base de mensuração a aplicar será adotada de acordo com o grau de observância das características qualitativas enquanto considerada as restrições sobre a informação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral, as bases de mensura subdividem em ativos e passivos, sendo eles:

- Bases de mensuração para os ativos:
 - Custo histórico;
 - Valor de mercado;
 - Custo de reposição ou substituição;
 - Preço líquido de venda;
 - Valor de uso.
- Bases de mensuração para os passivos:
 - Custo histórico;
 - Custo de cumprimento da obrigação;
 - Valor de mercado;
 - Custo de liberação;
 - Preço presumido.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM REPRESENTADAS

a) Termos e Demonstrações correlatos ao Balanço Patrimonial:

a. Quadro Principal:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Na coluna:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna .

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c) remanejamento entre naturezas de receita; ou d) ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.



Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Na linha:

Receitas Correntes

Receitas Correntes são receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeitos sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito/Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldo de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a) Recursos arrecadados em exercício anteriores; b) Superávit financeiro de exercícios anteriores; c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência. Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores – RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que



haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentário. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser inclusas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração de equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente. Somente deverão ser levados ao balanço os valores reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Na coluna:

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, Liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas



Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referências, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Na linha:

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de crédito adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.



Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Correspondente aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelado ao longo do exercício de referência.

REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA



Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Quadro Principal:

Resultado das Receitas Orçamentárias:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	43.157.520,68	53.293.317,97	51.897.661,20	-1.395.656,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	786.500,00	1.101.694,55	1.415.055,77	313.361,22
Impostos	686.500,00	1.001.694,55	1.373.613,13	371.918,58
Taxas	100.000,00	100.000,00	41.442,64	-58.557,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.160.000,00	9.160.000,00	8.902.404,66	-257.595,34
Contribuições Sociais	5.960.000,00	8.960.000,00	8.641.257,44	-318.742,56
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	200.000,00	200.000,00	261.147,22	61.147,22
RECEITA PATRIMONIAL	402.200,00	590.168,69	707.059,07	116.890,38
Valores Mobiliários	402.200,00	590.168,69	707.059,07	116.890,38
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	0,00	-40.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.356.820,68	41.989.454,73	40.833.813,83	-1.155.640,90
Transferências da União e de suas Entidades	21.895.820,68	27.497.493,73	26.536.217,61	-961.276,12
Transferências do Estado e de suas Entidades	5.246.000,00	5.678.465,80	5.665.037,22	-13.428,58
Transferências do Município e suas Entidades	110.000,00	110.000,00	0,00	-110.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.105.000,00	8.703.495,20	8.632.559,00	-70.936,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.000,00	412.000,00	39.327,87	-372.672,13
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	112.000,00	112.000,00	39.327,87	-72.672,13
Demais Receitas Correntes	300.000,00	300.000,00	0,00	-300.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.933.715,00	5.417.734,79	2.069.760,05	-3.347.974,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Operações de Crédito	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	318.400,00	268.400,00	-50.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	268.400,00	268.400,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.683.715,00	4.999.334,79	1.801.360,05	-3.197.974,74
Transferências da União e suas Entidades	2.533.715,00	3.753.221,04	1.519.506,04	-2.233.715,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.150.000,00	1.246.113,75	281.854,01	-964.259,74
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	47.091.235,68	58.711.052,76	53.967.421,25	-4.743.631,51
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	47.091.235,68	58.711.052,76	53.967.421,25	-4.743.631,51
DÉFICIT (VI)			702.004,67	
TOTAL (VII) = (V+VI)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE – A previsão de arrecadação de receitas correntes do município para o exercício de 2022 foi de R\$ 43.157.520,68. Atualizados em R\$ 53.293.317,97. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 51.897.661,20, o que representa um superávit de previsão de arrecadação corrente de R\$ 1.395.656,77.

RECEITA DE CAPITAL – A previsão de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 3.933.715,00, atualizado em R\$ 5.417.734,79, o valor arrecadado durante o exercício foi R\$ 2.069.760,05, o que representa um déficit de arrecadação de capital R\$ 3.347.974,74.

TOTAL DAS RECEITAS – O total das receitas do município para o exercício de 2022 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 47.091.235,68, atualizado em R\$ 58.711.052,76, sendo arrecadado o valor de R\$ 53.967.421,25, o que gerou um déficit de arrecadação de R\$ 4.743.631,51, desta forma, o coeficiente de arrecadação foi 91,92%.

Resultado das Despesas Orçamentárias:



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	41.957.295,31	56.758.078,27	53.219.086,40	53.219.086,40	50.944.845,99	3.538.991,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.813.535,00	34.875.820,98	33.065.044,42	33.065.044,42	32.380.514,13	1.810.776,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.601,08	42.601,08	13.005,27	13.005,27	13.005,27	29.595,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.093.159,23	21.839.656,21	20.141.036,71	20.141.036,71	18.551.326,59	1.698.619,50
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	4.448.489,00	1.732.974,49	1.450.339,52	1.450.339,52	1.116.073,52	282.634,97
INVESTIMENTOS	3.748.489,00	1.412.974,49	1.169.462,27	1.169.462,27	835.196,27	243.512,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	320.000,00	280.877,25	280.877,25	280.877,25	39.122,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	685.451,37	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.626,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.626,84
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII+ XIV)	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.626,84
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS CORRENTES – As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 41.957.295,31, sendo atualizadas pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 56.758.078,27, o valor total empenhado foi de R\$ 53.219.086,40. As liquidações totalizam R\$ 53.219.086,40, sendo pago o montante R\$ 50.944.845,99, resultando de uma economia orçamentária das despesas correntes o valor de R\$ 3.538.991,87.

DESPESAS DE CAPITAL – As despesas de capital fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 4.448.489,00, sendo atualizadas pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 1.732.974,49, o valor total empenhado foi de R\$ 1.450.339,52. As Liquidações totalizam R\$ 1.450.339,52, sendo pago o montante de R\$ 1.116.073,52, resultando em uma economia orçamentária das despesas de capital R\$ 282.634,97.

TOTAL DAS DESPESAS – A despesa total autorizada de R\$ 47.091.235,68, somando-se aos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 58.711.052,76, o valor total empenhado foi de R\$ 54.669.425,92, liquidado R\$ 54.669.425,92 e pago o valor de R\$ 52.060.919,51, resultando em uma economia orçamentária de despesas totais de R\$ 4.041.626,84, apresentando nessas operações um coeficiente de execução de 93,11%.

RESULTADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas R\$ 53.967.421,25 menos as despesas empenhadas R\$ 54.669.425,92 houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 702.004,67. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	423.855,06	368.426,12	246.804,89	246.804,89	165.810,91	379.665,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310.096,33	55.150,80	0,00	0,00	10.620,00	354.627,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.758,73	313.275,32	246.804,89	246.804,89	155.190,91	25.038,25
DESPESAS DE CAPITAL	5.399.250,09	122.832,60	533.879,66	533.879,66	4.940.209,46	47.993,57
INVESTIMENTOS	5.399.250,09	122.832,60	533.879,66	533.879,66	4.940.209,46	47.993,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.823.105,15	491.258,72	780.684,55	780.684,55	5.106.020,37	427.658,95

No quadro da execução dos restos a pagar não processados, forma informados os restos a pagar não processados inscritos em exercício anterior no valor de R\$ 5.823.105,15, como também os restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior



correspondente a R\$ 491.258,72 e suas respectivas fases de execução, sendo liquidado no exercício de 2022 o valor de R\$ 780.684,55, e pago o valor de R\$ 780.684,55, e cancelados R\$ 5.106.020,37, encerrando o exercício de 2022 com o montante de R\$ 427.658,95.

Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT			
	(a)	(b)	(c)	(d)	JAN A DEZ 2022
DESPESAS CORRENTES	3.629.127,40	848.371,85	1.330.060,09	513.837,49	2.633.601,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.192.454,54	335.067,86	813.372,22	429.972,84	2.284.177,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	436.672,86	513.303,99	516.687,87	83.864,65	349.424,33
DESPESAS DE CAPITAL	36.637,27	4.972,00	12.857,19	0,00	28.752,08
INVESTIMENTOS	36.637,27	4.972,00	12.857,19	0,00	28.752,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.665.764,67	853.343,85	1.342.917,28	513.837,49	2.662.353,75

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos em exercício anteriores no valor de R\$ 3.665.764,67, como também os restos a pagar processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior correspondente a R\$ 853.343,85 e suas respectivas fases de execução, sendo pago no exercício de 2022 o valor de R\$ 1.342.917,28, e cancelados R\$ 513.837,49 encerrando o exercício de 2022 com o montante de R\$ 2.662.353,75.

O quadro de execução de restos a pagar processados demonstra os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do município e pressuposto das estimativas:** Não se aplica a este demonstrativo.
- Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do município no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações do município.
- Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00



INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES E INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente na demonstração contábil e necessitem de ajustes.

DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS EM QUADROS COMPLEMENTARES SEGUNDO O MODELO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO APROVADO PELA STN, EVIDENCIANDO:

a) Receitas intraorçamentárias:

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.726.000,00	5.726.000,00	7.012.378,88	1.286.378,88
Receita de Contribuições	2.726.000,00	5.726.000,00	7.012.378,88	1.286.378,88

b) Despesas intraorçamentárias:

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.368.000,00	7.532.300,00	7.350.900,84	7.350.900,84	7.001.793,14	181.399,16
DESPESAS CORRENTES	4.368.000,00	7.532.300,00	7.350.900,84	7.350.900,84	7.001.793,14	181.399,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.368.000,00	7.532.300,00	7.350.900,84	7.350.900,84	7.001.793,14	181.399,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS POR TIPO DE CRÉDITO:

ANEXO XVII – TIPOS DE CRÉDITO



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 190, de 14 de dezembro de 2022
ANEXO XVII

ANEXO TC-190
Page 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREILÂNDIA
TIPOS DE CRÉDITOS

Dezembro/2022

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa paga (h)	Saldo da dotação (i)=(e-f)
Inicial	47.091.235,68	57.792.466,85	53.819.861,78	53.819.861,78	51.214.740,37	3.972.605,07
Suplementares	0,00	283.235,91	240.013,01	240.013,01	236.628,01	43.222,90
Especiais	0,00	635.350,00	609.551,13	609.551,13	609.551,13	25.798,87
Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	47.091.235,68	58.711.052,76	54.669.425,92	54.669.425,92	52.060.919,51	4.041.626,84

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E/OU REABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAIS OU EXTRAORDINÁRIOS:

Não houve registros.



ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA AUTORIZADA POR LEI ANTES E APÓS A PUBLICAÇÃO DA LOA:

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM RELAÇÃO AOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

- (x) Transferência de saldo de Restos a Pagar Não Processados Liquidados para Restos a Pagar Processados ao final do exercício;
- (x) Mantém o controle de Restos a Pagar Não Processados Liquidados separadamente;

DETALHAMENTO DE RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADOS PARA FINANCIAR DESPESAS ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO CORRENTE, DESTACANDO-SE OS RECURSO VINCULADOS AO RPPS E OUTROS COM DESTINAÇÃO VINCULADA:

Não houve registros.

O SUPERÁVIT OU DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DECORRENTE DO RPPS – CASO O ENTE POSSUA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Não houve registros.